

## Editometria: mensurando conjecturas nas edições da *Peregrinação*

### *Editometry: measuring conjectures in the editions of the Peregrinação*

César Nardelli Cambraia\*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem quantitativa de análise de edições, aqui chamada de *editometria*, tomando como objeto de estudo oito edições (1614, 1678, 1711, 1829, 1952-53, 2010, 1984 e 1998) da obra quinhentista *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, e enfocando especificamente as conjecturas realizadas pelos editores. Testou-se a hipótese de que o progresso da crítica textual do séc. XVII (época da edição *princeps*) para o séc. XXI (época presente) impactou nas edições de *Peregrinação* na forma de redução da prática de conjectura. A hipótese foi confirmada, uma vez que o número de conjecturas na amostra analisada é maior na edição inicial, de 1678, do que na edição final, de 2010. Constatou-se, porém, que há um descompasso entre os padrões em que os erros ocorrem e os em que as conjecturas são feitas, com especial referência aos casos de erro por omissão/conjectura por adição e erro/conjectura por substituição.

**Palavras-chave:** Crítica Textual. Conjectura. Edição de Textos. Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*.

**Abstract:** The present study aimed to contribute to the development of a quantitative approach to the analysis of editions, here called *editometry*, taking as object of study eight editions (1614, 1678, 1711, 1829, 1952-53, 2010, 1984 and 1998) of the sixteenth-century work *Peregrinação*, by Fernão Mendes Pinto, and specifically focusing on the conjectures made by the editors. It was tested the hypothesis that the progress of textual criticism in the 17th century (time of *princeps* edition) to the 21st century (present time) had an impact on the editions of *Peregrinação* in the form of a reduction in the practice of conjecture. It was confirmed the hypothesis, since the number of conjectures in the analyzed sample is greater in the initial edition, from 1678, than in the final edition, from 2010. It was found, however, that there is a mismatch between the patterns in which errors occur and those in which conjectures are made, with special reference to cases of error by omission/conjecture by addition and error/conjecture by substitution.

**Keywords:** Textual Criticism. Conjecture. Text Editing. Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*.

FLP 25(1)

---

\* Professor Titular de Filologia Românica, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; nardelli@ufmg.br

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Uma das estratégias para promover o desenvolvimento da crítica textual é analisar as práticas efetivas dos editores em seu labor, já que, entre teoria e prática, frequentemente há desconexões. Embora seja comum, já de muito, a realização de resenhas tendo edições como objeto, normalmente essas análises críticas tendem a ser mais qualitativas do que quantitativas, o que, de certa forma, dificulta compreender as decisões de um editor de forma mais global. No presente trabalho, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem quantitativa de análise de edições, aqui chamada de *editometria*, tomando como objeto de estudo oito edições da obra quinhentista *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, e enfocando especificamente as conjecturas realizadas pelos editores.

## 2 AS EDIÇÕES DA *PEREGRINAÇÃO* DE FERNÃO MENDES PINTO

A obra *Peregrinação*, um dos grandes textos da literatura de viagem do Renascimento português, foi escrita por Fernão Mendes Pinto (ca. 1510-1583): estima-se que tenha sido composta fundamentalmente entre 1568 e 1578 (Garcia, 1995, p. 11). Essa obra, cujo conteúdo é modernamente considerado uma mescla entre fatos reais e ficcionais, compõe-se de 226 capítulos e teve grande sucesso junto ao público-leitor desde sua 1ª edição (póstuma) em 1614. Na recensão feita por Faria (1992), foi identificado um total de 167 edições até aquela data (hoje esse número já se ampliou), compreendendo edições integrais, abreviadas e adaptadas, não só em língua portuguesa mas também em diversas outras línguas (tais como espanhol, francês, alemão, inglês, holandês, italiano, sueco, tcheco e romeno). Considerando apenas as edições integrais em língua portuguesa (incluindo as com modernização da linguagem), pode-se verificar a existência de 16 edições até o presente<sup>2</sup>: 1ª, 1614 (Lisboa, Pedro Craesbeeck); 2ª, 1678 (Lisboa, Antônio Craesbeeck); 3ª, 1711 (Lisboa, Joseph Lopes Ferreyra); 4ª, 1725 (Lisboa, Officina Ferreyriana); 5ª, 1762 (Lisboa, Joam de Aquino Bulhoens); 6ª, 1829 (Lisboa, Typographia Rollandiana); 7ª, 1908-10 (Lisboa, Livraria Ferreira); 8ª, 1931 (Vila Nova de Gaia, Cosmópolis); 9ª, 1944-45 (Porto, Portucalense); 10ª, 1952-53 (Lisboa/Rio de Janeiro, Sociedade de Intercâmbio Luso-Brasileira/Casa do Estudante); 11ª, 1961-84 (Lisboa, Sá da Costa); 12ª, 1971 (Lisboa, Afrodite); 13ª, 1975 (Lisboa, Amigos do Livro); 14ª, 1983 (Lisboa, Europa-América); 15ª, 1984 (Porto, Lello & Irmão)<sup>3</sup>; e 16ª, 2010 (Lisboa, Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda).

A edição *princeps*, de 1614, como lembra Faria (1992, p. 42), apresenta duas modalidades, ou seja, dois estados: no 1º estado, na seção *Ao Leitor* (f. [2]v4), consta equivocadamente que Fernão Mendes Pinto nasceu em “Almada”, enquanto no 2º estado já aparece corretamente “Montemór-o-Velho”. Dias (2016, p. 21) assinala que há

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no quadro do projeto “Para uma gramática do português clássico: o sintagma nominal e suas funções na *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto”, com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

<sup>2</sup> Nesta lista não foram incluídas as fac-similares (de 1973, 1984/1985, 1995 e de 2014) nem as várias reedições das já listadas (mesmo que com mudança de editora), pois o objetivo é indicar quantas foram as edições que envolveram um novo processo de mediação de editor no processo de fixação do texto (Cambráia, 2005, p. 91).

<sup>3</sup> A edição digital de 1998, na *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses*, reproduz o texto da ed. de 1984, por isso não foi incluída como item próprio nesta lista.

também diferença na seção *Dedicatória* (f. 2[r]7-8): no 1º estado, consta “nobre e criado dos Reis”, e, no 2º, “homem de vivo engenho e felice memória”. Registra também o fato de haver diferença na capitular do cap. CV (f. 122ra15 [equivocadamente numerado como 222 no 1º estado]): há ornamentação barroca no 1º estado, mas fitomórfica no 2º estado. Na ficha bibliográfica do exemplar do 1º estado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a questão da numeração é descrita com mais detalhe: “Erro de impressão: o algarismo 5 das f. 65 e 205, foram impressos de cabeça para baixo. Erro de foliação: f. 122, 202 e 273 numeradas, respectivamente, como 222, 203 e 275.”. Por fim, durante a realização do presente estudo pode-se perceber também uma diferença no f. 121ra30: *prisão* no 1º estado, mas *Prisão* no 2º estado.

A relação entre a edição *princeps* e as demais é bastante complexa.

Primeiramente, pode-se verificar que existe uma transmissão vertical<sup>4</sup> em um primeiro ramo (doravante, R-I) com o seguinte trajeto: 1614 → 1678 → 1711 → 1725 → 1762. As inovações introduzidas a cada nova edição foram passadas adiante, como se vê no quadro abaixo com três lugares críticos:

Quadro 1 – Variantes no R-I da tradição da *Peregrinação*.

	1614	1678	1711	1725	1762
LC-1	espiritasse (f. 169ra22)	movesse (f. 211a)	movesse (f. 205a)	movesse (f. 214a25)	movesse (f. 198a52)
LC-2	Muhee (f. 187va35)	Muhè (f. 234a)	Nay (f. 227b)	Nhay (f. 232b35)	Nhay (f. 220a36)
LC-3	—	—	Breve Discurso <sup>5</sup> (ff. 369-391)	Itinerário <sup>6</sup> (ff. 385-434) e Breve Discurso (ff. 435-458)	Itinerário (ff. 358-404) e Breve Discurso (ff. 405-427)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora a ed. de 1678 não tenha as seções paratextuais em que se encontram os fatos mais significativos para diferenciar os dois estados da ed. de 1614 (*Dedicatória* e *Ao Leitor*), constata-se, examinando a já referida oposição entre *prisão* e *Prisão* (f. 121ra30), que naquela consta *prisão* (f. 151b), ou seja, apresenta forma compatível com o 1º estado de 1614, que deve então ter sido seu modelo.

Um novo ramo na tradição (doravante, R-II) é inaugurado no séc. XIX com a ed. de 1829, que também remonta ao 1º estado da ed. de 1614, pois se lê, na *Dedicatória*, “nobre e criado dos Reis” (t. 1, p. v) e, na seção *Ao Leitor*, “Almada” (t. 1, p. vii). Embora também constem o *Itinerário* (t. 4, p. 1-155) e o *Breve Discurso* (t. 4, p. 1-73) nessa nova edição, os quais tinham começado a circular conjuntamente com a *Peregrinação* desde a ed. de 1725, houve o acréscimo do *Tratado* de frei Gaspar da Cruz<sup>7</sup> (t. 4, p. 1-196), colocado entre os dois primeiros. O texto do *Itinerário* não foi transcrito das edições da

<sup>4</sup> No *Prólogo* da ed. de 1829 (Pinto, 1829, v. 1, p. IX-X) se interpretou que a de 1678 foi o modelo para as demais (1711, 1725 e 1762), mas, na verdade, o modelo para cada uma destas foi a imediatamente precedente.

<sup>5</sup> *Breve Discurso em que se Conta a Conquista do Reyno de Pegú na India Oriental, Feyta pelos Portugueses em Têpo do Visorrey Ayres de Saldanha, Sédo Capitão Salvador Ribeyro de Souza, Chamado Massinga, Natural de Guimarães, a quem os Naturaes de Pegú Elegerão por seu Rey no Anno de 1600*, de Manuel de Abreu Mousinho, publicado originalmente em tradução espanhola em 1617.

<sup>6</sup> *Itinerário*, de Antônio Tenreiro (1485–1560 ou 1565), publicado originalmente em português em 1560.

<sup>7</sup> *Tractado em que se Cõtam muito por estêso as cousas da China, cõ suas particularidades, e assi do reyno d’Ormuz*, de frei Gaspar da Cruz (1520-1570), publicado originalmente em português em 1570.

*Peregrinação* de 1725 ou de 1762: foi-o de sua edição *princeps* de 1560 (Pinto, 1829, v. 4, p. 1). No caso do *Breve Discurso*, consta na ed. de 1829 apenas “nova edição” (Pinto, 1829, v. 4, p. 1), sem indicação clara da origem do texto, mas é possível perceber que se seguiu a versão da edição da *Peregrinação* de 1711, que é a que é referida (Pinto, 1829, v. 1, p. XI)<sup>8</sup>.

Em relação às edições dos sécs. XX e XXI, infelizmente não foi possível ter acesso a todas para que se pudesse examinar a posição de cada uma na tradição. No que se refere às edições acessadas, pode-se apurar o que se segue.

A ed. de 1952-53, preparada por Adolfo Casais Monteiro (1908-1972), a qual constitui um ramo independente (doravante, R-III), não apresenta as seções paratextuais iniciais, mas, considerando a já citada oposição entre *prisão* e *Prisão* (f. 121ra30), verifica-se que ocorre *Prisaõ* (Pinto, 1952, v. 1, p. 586), o que significa que deve ter tido um exemplar do 2º estado como modelo. Essa edição compreende, além do texto primitivo de 1614, uma versão em português moderno, apresentados de forma paralela. Essa edição foi reeditada, sem a versão moderna do texto, três outras vezes (1983, 1988 e 1998) pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda. A reedição de 1983 foi a base da ed. de 2010, preparada por Elisa Lopes da Costa, que foi colacionada com a de 1961-84, de Antônio José Saraiva (1917-1993), e com a edição *princeps* de 1614 (Pinto, 2010, v. 2, p. 7). Segundo Costa, a edição de Casais Monteiro apresenta várias centenas de palavras omitidas e 30 sentenças suprimidas (Pinto, 2010, p. 7), reiterando assim problemas já apontados inicialmente por Cambraia (2000). Examinando a já referida oposição entre *prisão* e *Prisão* (f. 121ra30), conclui-se que a ed. de 2010 apresenta contaminação: embora ela siga a edição de Casais Monteiro, que é baseada no 2º estado (já que esta apresenta *Prisão*), ela incorpora também formas do 1º estado (já que a forma fixada foi *prisão*, própria desse estado).

A ed. de 1984 foi organizada por Manuel Lopes de Almeida (1900-1980) e conta com introdução de Aníbal Pinto de Castro (1938-2010). Os dados presentes na edição não são claros em relação a quem se deve a fixação do texto editado, mas, pela data da publicação (1984), supõe-se que se deva ao autor da introdução. Nela, faz-se uma breve descrição da sucessão de edições anteriores e se diz: “Finalmente em 1829 aparecia a sexta edição da *Peregrinação* (Lisboa, Tipographia Rolandiana) [...]. É esta, fundamentalmente que agora se reproduz” (Pinto, 1984, p. VI). Essa passagem é ambígua. Por um lado, a ed. de 1984 segue, de fato, a de 1829 em relação ao conjunto de textos que contém (*Peregrinação*, *Itinerário*, *Tratado* e *Breve Discurso*). Por outro lado, no que se refere à *Peregrinação*, o texto apresentado não é o presente na ed. de 1829. Como já dito, a de 1829 se baseia no 1º estado, porque contém “nobre e criado dos Reis” e “Almada”, mas a de 1984 se baseia no 2º estado, pois contém “homem de viuo engenho e felice memoria” (p. 7) e “Montemor o velho” (p. 9). Além disso, há, na ed. de 1829, certas regularizações gráficas (as ramistas *u* e *v*, o diacrítico sobre *a*, dentre outras) ausentes da ed. de 1984, que segue o texto de 1614: por isso é adequado considerar que seja um novo ramo (R-IV). Esta ed. de 1984 foi o modelo para a edição digital de 1998, publicada como parte da *Biblioteca Virtual de Autores Portugueses*.

Na fortuna editorial do texto integral da *Peregrinação*, verifica-se claramente a predominância de edições com *abordagem conservadora*. Mesmo no R-I, não houve uma

<sup>8</sup> Embora o editor de 1829 critique aspectos da versão do *Breve Discurso* da ed. de 1711 (ausência da Dedicatória do Duque de Lerma, do Prólogo ao Leitor e do próprio nome do autor, além de uma das escolhas do tradutor no cap. XIII), não modificou nenhum deles em sua edição.

modernização ampla e sistemática do texto, mas sim intervenções pontuais, que foram se acumulando, de forma que a ed. de 1762 apresenta mais modernizações que a de 1678. A ed. de 1829 representou um retorno ao texto da *princeps*, certamente pela constatação do acúmulo de modificações ao longo dos sécs. XVII e XVIII no R-I. Apesar de boa parte das edições realizadas ter sido conservadora em seus procedimentos, isso não significa que seus editores não tenham feito intervenções na fixação do texto: dentre essas intervenções constam justamente as conjecturas, que é o tema principal do presente estudo.

### 3 A CONJECTURA NA CRÍTICA TEXTUAL

Tradicionalmente se considera que o objetivo da crítica textual é o de restituir a forma genuína dos textos (Cambraia, 2005, p. 1). Esse objetivo pode ser alcançado através de dois procedimentos básicos: (a) seleção de uma das variantes presentes nos diferentes testemunhos de um texto (*reconstituição por testemunho*) ou (b) proposição de uma forma diferente das presentes nos testemunhos (*reconstituição por conjectura*). Há, na literatura técnica, diferentes definições para conjectura:

a) “Lição reconstruída pelo editor, sem apoio em testemunhos, destinada ao preenchimento de uma lacuna ou à emenda de um erro presente na tradição” (Xavier; Mateus, [1990], p. 91);

b) “Por conjectura se entende uma correção introduzida no texto para eliminar um erro ou uma anomalia presumidamente não desejada pelo autor [...] e não sanável de outra forma com a ajuda da tradição relativa” (Avalle, 2002, p. 112, tradução nossa);

c) “Uma conjectura é a introdução no texto de uma lição sem fundamento nos testemunhos disponíveis para a pessoa que faz a conjectura. Deve-se diferenciar entre conjecturas de escribas<sup>9</sup> [...] e conjecturas de editores modernos [...]” (Roelli; Macé, 2015, p. 45, tradução nossa);

d) “Lição introduzida no texto pelo editor, com o objetivo de preencher uma lacuna ou de eliminar uma forma que considera errada; normalmente é feita em situação de testemunho único, e deverá ser assinalada em aparato. Define-se pelo seu caráter dubitativo.” (Duarte, 2019, p. 379).

As definições acima não são idênticas, mas todas trazem consigo as noções de (a) intervenção *sem fundamento nos testemunhos* da tradição textual em análise e (b) correção de um erro, ou seja, de uma *forma não genuína*. Justamente por não se apoiar em alguma das lições dos testemunhos, a conjectura é sempre considerada uma intervenção problemática, porque abre espaço para subjetividades do editor. A propósito da natureza complexa da conjectura, afirma Blecua (1990, p. 125): “A *emendatio ope ingenii*<sup>10</sup> sem ajuda de testemunhos [...] é sempre perigosa e deve-se dispender o menos possível. A

<sup>9</sup> *Conjectura de escribas* é “um conceito usado para descrever lições que surgem quando copistas ou escribas deliberadamente fazem suas próprias correções no texto que estão copiando porque, por uma razão ou outra, estão insatisfeitos com a lição do texto fonte” (Roelli; Macé, 2015, p. 179, tradução nossa) e *conjectura de editores modernos*, também chamada de *divinatio*, “consiste em corrigir as lições alegadamente corrompidas ou passagens textuais corrompidas apenas por conjectura, p. ex., providenciando adições, supressões ou substituições” (Roelli; Macé, 2015, p. 68, tradução nossa).

<sup>10</sup> A conjectura é também conhecida por *emendatio ope ingenii* ou *divinatio* (Blecua, 1990, p. 31).

conjectura é um ‘salto no vazio’, que apenas o aparecimento de novos testemunhos pode servir de pedra de toque.” (tradução nossa).

Dentre as definições de conjectura acima apresentadas, a de Duarte chama a atenção para um aspecto fundamental para o presente estudo: ser a edição de texto com testemunho único o contexto mais comum para a prática da conjectura. Como salientado por Cambraia (2019, p. 18-20), é justamente por edições monotestemunhais (como a edição interpretativa) não poderem contar com o auxílio de variantes de outros testemunhos que as torna de natureza bastante diversa de edições politestemunhais (como a edição crítica): na edição politestemunhal, o editor *identifica a existência de uma lição não genuína* de forma essencialmente objetiva (através de constatação de variantes em um mesmo lugar crítico em diferentes testemunhos) e *elege uma das variantes como lição genuína* dentro de uma baliza também objetiva (sua presença em algum dos testemunhos); já na edição monotestemunhal, tanto a *identificação de uma lição não genuína* quanto a *proposição da lição genuína para cada caso* são processos fundamentalmente subjetivos, porque são dependentes de um conjunto de conhecimentos que o editor apurou ao longo de sua lide com o texto. Embora, em edições politestemunhais, a conjectura possa ser necessária, nesse caso ela é o *último* recurso a que o editor recorre, mas, na edição monotestemunhal, é o *único* recurso possível a que o editor pode recorrer.

É exatamente por esse fato peculiar das edições monotestemunhais que o estudo das conjecturas nas sucessivas edições da *Peregrinação* é tão relevante: por se tratar de obra em que o autor não pode fazer intervenções de uma edição para a outra, já que a *princeps* é póstuma (Pinto morreu em 1583 e a edição *princeps* é de 1614), então todas as diferenças nas edições posteriores à *princeps* são devidas a terceiros (sejam os editores, sejam os tipógrafos) e, portanto, não autorais.

FLP 25(1)

#### 4 HIPÓTESE DE TRABALHO

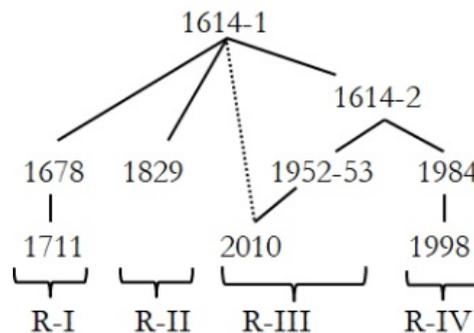
Dada a natureza problemática da conjectura, em função de sua abertura para a expressão das subjetividades do editor, pode-se hipotetizar que o progresso da crítica textual do séc. XVII (época da edição *princeps*) para o séc. XXI (época presente) terá impactado nas edições de *Peregrinação* na forma de *redução da prática de conjectura*. Estima-se que o desenvolvimento de teorias da edição, como a que embasa o método lachmanniano, que buscava maior objetividade na prática editorial, terá feito com que os editores passassem a atuar de forma mais parcimoniosa na proposição de conjecturas.

#### 5 METODOLOGIA

Um primeiro problema metodológico que se coloca para o estudo quantitativo de conjecturas em edições monotestemunhais está já na simples identificação concreta do que é uma conjectura no texto fixado. Não se pode considerar que toda diferença entre a edição *princeps* e uma edição dela derivada seja efetivamente uma conjectura, porque esta pressupõe uma intervenção *intencional* para corrigir um erro, ou seja, para restaurar a forma genuína do texto, e, mesmo em edições modernas conservadoras, não é raro o texto fixado conter formas que foram fruto de erro seja do tipógrafo (inversão de tipos, seleção de tipo errado, etc.), seja do editor (erro de leitura do modelo, de registro manual da forma fixada, etc.). Nos casos em que as edições contam com notas explicativas, essa diferença entre conjectura e erro (do editor ou do tipógrafo) é mais

simples de ser compreendida, porque a existência de uma nota deixa claro que o editor deliberadamente decidiu substituir uma forma por outra. Assim, p. ex., na edição preparada por Neves Águas, o editor registra a forma *Gomes* no texto e informa em nota “Na 1.<sup>a</sup> edição: «Gemes»” (Pinto, 1995, v. 2, p. 275), caso evidente de conjectura. No entanto, esse mesmo editor substituiu a forma *Huzanquee* (presente na ed. de 1614) por *Huzangué* mas não informou esse fato em nota (Pinto, 1995, v. 2, p. 22): trata-se caso de interpretação ambígua, (a) porque pode ter sido uma conjectura que o editor achou que não era necessário informar (talvez por considerar ser erro óbvio) ou (b) porque, na verdade, cometeu um lapso no registro da forma (substituindo, p. ex., *q* por *gu*). Justamente por isso é necessário adotar um método objetivo de coleta de dados, sem entrar no mérito, pelo menos em um primeiro momento, do que é conjectura e do que é erro.

Considerando essa exigência, torna-se impraticável realizar uma colação completa de várias edições, já que a *Peregrinação* apresenta grande extensão (aprox. 298.000 palavras). Sendo assim, impõe-se fazer um recorte do que será comparado, produzindo-se um *corpus* por amostragem. Parece pertinente tomar como ponto de partida a edição digital de 1998, publicada como parte da *Biblioteca Virtual de Autores Portugueses*, uma vez que ela se tornou uma espécie de “vulgata digital”: a facilidade de transmissão do texto digital fez com que ela alcançasse grande circulação<sup>11</sup> e, desta forma, produziu efeitos em função de estudos dela derivados. Uma segunda limitação que se impõe é a de selecionar apenas algumas edições integrais: primeiramente, porque nem todas as já produzidas estão facilmente acessíveis (sobretudo as da 1.<sup>a</sup> met. do séc. XX) e, em segundo lugar, porque aquelas que apresentam modernização linguística se afastam intencionalmente do texto genuíno. Em vista disso, elegeram-se oito edições para análise de conjecturas: 1614 (a *princeps*)<sup>12</sup>, 1678, 1711, 1829, 1984, 1952-53, 1998 e 2010, cuja relação genética pode ser assim representada:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 1 – Relação genética das edições analisadas<sup>13</sup>.

O método de coleta de dados seguiu os seguintes procedimentos: (a) comparação do texto *integral* da ed. de 1614-2 e de 1998; (b) identificação de lugares

<sup>11</sup> Como exemplo, pode-se citar o fato de que essa mesma edição foi integrada à base do *Projecto Vercial* (Universidade do Minho) e, desta, foi incluída na base do *Corpus do Português* (Brigham Young University).

<sup>12</sup> Quando pertinente, faz-se distinção entre o 1.<sup>o</sup> e o 2.<sup>o</sup> estado da *princeps* pela indicação 1614-1 e 1614-2, respectivamente.

<sup>13</sup> Deve-se salientar que a ed. de 2010 remonta apenas indiretamente à de 1952-53, pois seu modelo imediato foi a reimpressão desta de 1983.

críticos contendo diferença(s) entre essas duas edições<sup>14</sup>; e (c) comparação das eds. de 1678, 1711, 1829, 1952-53, 1984 e 2010 nos lugares críticos identificados na fase anterior<sup>15</sup>. A análise realizada na fase (b) permitiu identificar 1074 lugares críticos. Desses, em 5 casos se tratava de erros de grande extensão<sup>16</sup> da ed. de 1998, sendo necessário excluí-los, por não permitirem comparação sistemática. Os dados coletados através da colação das oito edições consideradas nos 1069 lugares críticos restantes foram, por fim, objeto de uma análise quanti-qualitativa.

É necessário salientar que a determinação da forma que está presente na ed. de 1614 dependeu, naturalmente, da leitura que o autor deste estudo fez do fac-símile digital adotado<sup>17</sup>. Além das dificuldades habituais que a leitura de um registro escrito traz consigo (presença de caracteres mal impressos, distância gradiente entre palavras, resolução limitada da imagem digital, etc.), o impresso de 1614 apresenta três particularidades em relação às quais foi necessário fixar uma decisão de interpretação.

Primeiramente, além dos diferentes diacríticos tradicionais (til, acento agudo, grave e circunflexo), o sistema tipográfico em que foi impressa a obra apresenta uma quarta forma, com aspecto de arco aberto para a direita (como uma fina vírgula ou cedilha) sobrescrito: essa forma foi considerada aqui um alógrafo do acento agudo.

Em segundo lugar, nos títulos, ocorre uma letra maiúscula longa cortada por traço no meio: ela foi considerada como um *J* (por oposição ao *I*, que não apresenta o traço medial).

Por fim, no final de linha, o uso de hífen marcando separação interna de uma palavra na translineação é variável: no caso de formas compostas e locuções, na ausência de hífen, interpretou-se como uma unidade gráfica, se, no interior de linha, aparece sempre como tal, ou como duas unidades gráficas, se, no interior de linha, aparecem apenas separadas ou em variação entre forma única e separada.

É importante salientar que parte das diferenças constatadas entre as edições está diretamente relacionada a como foram tratados esses três casos.

## 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Levando em conta o método descrito anteriormente, identificaram-se os seguintes valores de diferença entre a edição *princeps* e as demais:

<sup>14</sup> Como na ed. de 1998 há o desenvolvimento sistemático da abreviatura *q̃* em *que*, essa diferença não foi considerada na identificação de lugares críticos.

<sup>15</sup> As diferenças identificadas na amostra foram comparadas, em seguida, com 1614-1 e constatou-se apenas um caso de diferença entre 1614-1 e 1614-2 na amostra: essa diferença foi excluída dos dados.

<sup>16</sup> f. 51v (cap. 48) repetido no lugar do f. 59v (cap. 55); f. 72r (cap. 65) no lugar do f. 75v (cap. 68); f. 111r (cap. 97) no lugar do f. 112v (cap. 98), f. 126v (cap. 107) no lugar do f. 127v (cap. 108) e f. 163v (cap. 136) no lugar do f. 165r (cap. 137).

<sup>17</sup> Fac-símile digital do exemplar de cota 393924-C da Biblioteca Nacional Austríaca.

Tabela 1 – Diferenças entre edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos<sup>18</sup>.

	R-I		R-II		R-III		R-IV	
	1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998	
<b>Total</b>	734	937	582	478	549	559	1095	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados apurados mostram: (a) um número de diferenças na ed. de 1678, baseada na *princeps*, superior ao de todas as demais edições que tomaram a *princeps* como modelo (1829, 1952-53 e 1984); (b) o aumento do número de diferenças no interior de R-I; (c) a ruptura dessa tendência com a decisão do editor de 1829 de voltar a tomar a *princeps* como modelo, apresentando menos diferenças que a de 1678; (d) um número de diferenças na ed. de 1952-53, que também terá se baseado na *princeps*, inferior ao da de 1829; (e) o aumento do número de diferenças no interior de R-III; (f) um número de diferenças na ed. de 1984, que também terá se baseado na *princeps*, inferior ao da de 1829, mas superior ao da de 1952-53; e (g) o aumento de diferenças no interior de R-IV.

Como era previsível, as edições que se basearam em um modelo intermediário (1711, 2010 e 1998) sempre aumentaram o número de diferenças: somando-se às diferenças introduzidas pelo editor do modelo intermediário, há também as diferenças inseridas pelo próprio autor da edição derivada dele.

Os valores da tabela 1 não devem ser interpretados de forma absoluta como provas da qualidade de uma dada edição. As diferenças constatadas não são devidas apenas a erros e a conjecturas, mas também à aplicação de normas de transcrição uniformizadoras. Assim, enquanto a decisão de uniformizar a transcrição de consoantes labio-dentais sonoras como *v* nos casos em que no modelo consta *u* gera uma diferença entre o modelo e uma edição baseada em uma *norma de transcrição* (que não visa à reconstituição da forma genuína do texto, mas sim à sua uniformização gráfica), já a decisão de substituir a forma de 3ª pessoa do perfeito *leyo* por *leo* gera uma diferença entre o modelo e uma edição baseada em uma *conjectura* (que visa à reconstituição da forma genuína, segundo o juízo do editor). Com exceção das eds. de 1829 e de 2010, as demais não apresentam as normas de transcrição aplicadas e, mesmo as duas exceções citadas, também não explicitam rigorosamente todas as normas aplicadas. Foi necessário, assim, inferir as normas, através da constatação de modificações sistemáticas nessas edições em relação à edição *princeps*. As principais normas<sup>19</sup> que se puderam inferir foram:

- a) transcrição do *J* dos títulos como *I*, independente do valor fonético: 1678, 1984, 1998, 1952-53 e 2010;
- b) transcrição do *J* dos títulos como *I* ou *J*, dependendo do seu valor fonético: 1711 e 1829.
- c) capitalização do título de capítulo: 1952-53 e 2010;
- d) desenvolvimento da abreviatura *CAP.*: 1678, 1711 e 1829;
- e) conversão de todas as pós-capitulares da mesma palavra em maiúsculas: 1678;

<sup>18</sup> O número de diferenças entre a edição *princeps* e a de referência (a de 1998) é superior ao número de lugares críticos, porque em um mesmo lugar crítico podem ocorrer mais de uma diferença.

<sup>19</sup> Não foram consideradas, na coleta de dados, as diferenças relativas a: itacilização ou aplicação de aspas para discurso direto e indireto (eds. 1678 e 1711); desenvolvimento da abreviatura *q̃* em *que* (eds. de 1984, 1998 e 2010); conversão de capitular em maiúscula (eds. de 1984 e 1998); e desitalicização dos títulos (eds. de 1952-53 e 2010).

- f) conversão das pós-capitulares da mesma palavra em versalete: 1952-53;
- g) conversão da primeira pós-capitular (sempre maiúscula na *princeps*) em minúscula: 1984, 1998 e 2010;
- h) regularização do diacrítico em função do tipo de palavra, com grave para representação de crase, circunflexo para *pôs* e *dôr*, nenhum para *ja* e agudo para os demais casos: 1829;
- i) inserção de acento agudo ou grave na sílaba tônica em palavras terminadas em ditongo nasal átono: 1678 e 1711;
- j) regularização das letras ramistas *u/v* e *i/j*: 1678, 1711 e 1829;
- k) restituição de *h* etimológico nas formas do verbo *haver*: 1711;
- l) regularização da 3ª pessoa de perfeito de *por* com  $-\tilde{r}$  (1678) ou com  $-s$  (1829); e
- m) regularização da representação de vogal e de ditongo nasais: 2010<sup>20</sup>.

Levando em conta os três tipos de diferença constatados entre as edições (aplicação de norma, erro e conjectura), os dados apresentam a seguinte distribuição em números absolutos (n) e relativos (%):

Tabela 2 – Diferenças entre edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por tipo.

		R-I		R-II		R-III		R-IV	
		1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998	
<b>Norma</b>	n	136	154	263	94	205	44	44	
	%	18,5	16,4	45,2	19,7	37,3	7,9	4,0	
<b>Erro</b>	n	297	476	17	99	63	199	732	
	%	40,5	50,8	2,9	20,7	11,5	35,6	66,8	
<b>Conjectura</b>	n	301	307	302	285	281	316	319	
	%	41,0	32,8	51,9	59,6	51,2	56,5	29,1	
<b>Total</b>	n	734	937	582	478	549	559	1095	
	%	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados da tabela 2 permitem ver primeiramente uma interessante relação entre aplicação de norma e erro: *o tipo de norma que um editor elege tem impacto evidente sobre o volume de erros que a edição apresenta*. No caso da ed. de 1829, há uma norma especialmente impactante nos resultados: a de regularização do uso de diacríticos que não representam nasalidade. Nada menos que 143 diferenças nessa edição (24,6% de todas as diferenças) foram resultantes dessa regularização. No caso da ed. de 2010, a norma mais impactante foi a de regularização do uso de diacríticos que representam nasalidade: 120 das diferenças nessa edição (21,9% de todas as diferenças) dizem respeito a essa norma. Na edição *princeps*, há uma grande quantidade de diacríticos em uso e esse uso é marcadamente variável: esses dois aspectos exigem do autor de edições mais conservadoras, bem como do tipógrafo que as compõem, alto grau de atenção. Nas edições em que não se aplicou nenhuma norma mais ampla de regularização de diacríticos (1678, 1711, 1952-53, 1984 e 1998), um número considerável de erros está justamente relacionado aos diacríticos (os números relativos a este fato serão apresentados mais adiante na tabela 4). Vê-se, assim, que o compromisso de representar

<sup>20</sup> É interessante salientar que, como não há nenhuma edição que siga exatamente as mesmas normas de outra (com exceção da de 1998, que segue as da de 1984, porque é digitalização desta última), então todas elas são efetivamente diferentes já em função simplesmente das normas.

cada particularidade de um modelo em uma edição tem o custo de aumentar a probabilidade de erro nela.

Antes de dar especial atenção aos casos de conjectura, que são o carro-chefe do presente estudo, é conveniente analisar mais detidamente os casos de erro.

Uma primeira forma de classificar os erros é considerando as quatro categorias modificativas aristotélicas, segundo Blecua (1990, p. 19-20): por *adição* (lat. *adiectio*), por *omissão* (lat. *detractatio*), por *alteração da ordem* (lat. *transmutatio*) ou por *substituição* (lat. *immutatio*). Com base nessas categorias, os erros apresentam a seguinte distribuição:

Tabela 3 – Erros nas edições  
da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por tipo.

		R-I	R-II	R-III	R-IV			
		1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998
<b>Adição</b>	n	25	53	2	20	8	39	93
	%	8,4	11,1	11,8	20,2	12,7	19,6	12,7
<b>Omissão</b>	n	52	93	6	33	29	69	233
	%	17,5	19,5	35,3	33,3	46,0	34,7	31,8
<b>Substituição</b>	n	200	294	8	45	26	87	393
	%	67,3	61,8	47,1	45,5	41,3	43,7	53,7
<b>Alteração de ordem</b>	n	20	36	1	1	—	4	13
	%	6,7	7,6	5,9	1,0	—	2,0	1,8
<b>Total</b>	n	297	476	17	99	63	199	732
	%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

Embora a quantidade de erros seja evidentemente um critério para avaliação de uma edição, deve-se assinalar que há aqui um certo viés em relação à ed. de 1998: como a amostra para análise foi fruto de comparação entre a *princeps* e a de 1998, o grande número de erros nesta última foi obviamente influenciado pelo próprio método de constituição da amostra. Entretanto, como houve 5 casos de erros de maior extensão (relativos a 5 fólios inteiros da *princeps*) na ed. de 1998 que não se incluíram na amostra, deve-se reconhecer que, conjugando os dados da tabela 3 com essa questão dos fólios inteiros, fica claro que se trata de edição realmente muito problemática. No próprio *adrom* que a veicula, os dados sobre sua confecção são muito escassos e vagos, mas os erros constatados evidenciaram de forma clara que se trata de uma edição realizada através de escaneamento e reconhecimento ótico do texto. Vários dos erros estão relacionados ao problema de incompatibilidade entre os programas de reconhecimento ótico (no passado, quase sempre voltados para a língua inglesa) e os padrões gráficos da língua portuguesa (em especial, seus diacríticos): cf., p. ex., *pouoçoēs* (1614, f. 12vb4-5) × *pouoçoys* (1998)<sup>21</sup>. Há evidências, no entanto, de que o resultado do reconhecimento ótico passou por revisão manual. A especificidade do modo como a edição foi realizada gerou padrões singulares de erros, como o fato de muitos deles estarem relacionados a início ou a final de linha na edição que serviu de modelo (a de 1984), geralmente resultando em omissão: cf., p. ex., *ao | fundo*<sup>22</sup> (1984, p. 84) × *fundo* (1998). A revisão não parece ter contado com consulta à edição *princeps*, já que erros muito particulares da ed. de 1984 foram simplesmente mantidos na de 1998: cf., p. ex., *Buatēdoo*, (1614, f. 90va21)

<sup>21</sup> Como a ed. de 1998 não apresenta numeração de página, por ser formada de páginas em formato *html*, a referência às formas dela não será acompanhada de localizador.

<sup>22</sup> Utiliza-se aqui o sinal | para representar translineação.

× *Buatêdoo*' (1984, p. 209, com inversão do tipo da vírgula) = *Buatêdoo*' (1998, com manutenção da inversão).

Um aspecto que chama a atenção na tabela 3 é o fato de os erros relativos a *substituição* serem os mais frequentes de forma geral, com exceção da ed. de 2010: essa prevalência foi também constatada em estudos anteriores de natureza quantitativa (Cabraia; Laranjeira, 2010; Cabraia, 2020). Esses estudos mostraram também que a *alteração de ordem* é a categoria que apresenta menos erros: a explicação para isso é o fato de que, nas línguas românicas (diferentemente do latim, p. ex.), a ordem das palavras é mais rígida por constituir recurso para determinação das funções sintáticas e das relações de dependência.

Para compreender melhor os erros presentes nas edições analisadas, é necessário incorporar na análise o critério da natureza dos erros em termos de *nível linguístico* afetado. Os dados permitiram identificar que há oito categorias em jogo<sup>23</sup>:

- a) separação vocabular: p. ex., *em sossa* (1614, f. 32rb36) × *emsossa* (1998);
- b) diacrítico: p. ex., *poderà* (1614, f. 87vb30) × *poderá* (1998);
- c) pontuação: p. ex., *CAP.* (1614, f. 224va7) × *C.A.P.* (1998);
- d) gráfica<sup>24</sup>: p. ex., *elle* (1614, f. 257va5) × *ele* (1998);
- e) fônica: p. ex., *despois* (1614, f. 55ra38) × *despeis* (1998);
- f) morfológica: p. ex., *conhecêdo* (1614, f. 297va32) × *conhecido* (1998);
- g) lexical: p. ex., *não* (1614, f. 299ra30) × *uso* (1998); e
- h) textual: *paës de cera, e hum sacco de pimenta, e hum dente de marfim de* (1614, f. 45vb39-40) × *paës* (1998).

Com base nessas categorias, constataram-se os seguintes padrões por edição:

<sup>23</sup> Curiosamente, no que se refere a erros, não se constatou nenhuma ocorrência relativa ao nível sintático (referente à ordem dos constituintes). Os casos de concordância foram classificados como erro no nível morfológico, pois se referem a morfemas (flexionais). Os casos de alteração de ordem registrados na tabela 3 consistem em mudança de lugar de diacríticos na representação de ditongo nasal e foram computados na categoria *diacrítico*.

<sup>24</sup> Os erros no nível gráfico dizem respeito a caracteres alfabéticos (não incluindo diacríticos ou pontuação, que são categorias separadas) que não têm impacto na realidade fônica da palavra registrada. Os erros relativos à oposição entre *c* e *ç* também foram classificados como gráficos, porque não se considera que representem variação fônica. A única exceção foi a oposição *sobaços* (1614, f. 132ra6) × *sobacos*, que foi tratada como fônica.

Tabela 4 – Erros nas edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por nível linguístico.

		R-I		R-II	R-III		R-IV	
		1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998
Separação vocabular	n	8	4	—	19	11	32	50
	%	2,7	0,8	—	19,2	17,5	16,1	6,8
Diacrítico	n	200	260	1	50	35	92	191
	%	67,3	54,6	5,9	50,5	55,6	46,2	26,1
Pontuação	n	14	23	13	12	10	41	75
	%	4,7	4,8	76,5	12,1	15,9	20,6	10,2
Gráfica	n	39	97	1	9	6	9	52
	%	13,1	20,4	5,9	9,1	9,5	4,5	7,1
Fônica	n	22	62	1	3	1	3	152
	%	7,4	13,0	5,9	3,0	1,6	1,5	20,8
Morfológica	n	2	12	1	2	—	10	51
	%	0,7	2,5	5,9	2,0	—	5,0	7,0
Lexical	n	12	18	—	4	—	11	159
	%	4,0	3,8	—	4,0	—	5,5	21,7
Textual	n	—	—	—	—	—	1	2
	%	—	—	—	—	—	0,5	0,3
Total	n	297	476	17	99	63	199	732
	%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

É possível perceber pelos dados da tabela 4 que a categoria de *diacríticos* é a que apresenta maiores valores relativos em quase todas as edições, com exceção da de 1829 (exceção que se explica pela aplicação da norma de regularização de diacríticos que não representam nasalidade nessa edição). Essa prevalência de erro em relação a diacríticos pode ser explicada com base em dois aspectos. Primeiramente, porque há, a par dos acentos agudo, grave e circunflexo (os quais não representam nasalidade), um quarto elemento na edição *princeps*, com aspecto de arco aberto para a direita sobrescrito: houve muita oscilação entre os editores no tratamento dado a esse sinal gráfico, que era transcrito ora como acento agudo ora como grave (assumiu-se no presente estudo que se trata de um alógrafo do acento grave). Em segundo lugar, os diacríticos são formas com pouquíssima substância gráfica, o que certamente deve ter levado os editores ou a não enxergarem as formas na sua completude (interpretaram como agudo o que era circunflexo), ou a sequer constatarem sua presença. Modernamente, com a existência de fac-símiles com imagem em alta resolução, esse segundo problema há de ter menor impacto em novas edições. No caso de R-II, como a questão de diacríticos foi anulada pela norma, a categoria mais frequente foi outra: a de *pontuação*. É bem possível que se trate de questão também motivada pela pouca substância gráfica dos sinais dessa categoria.

Curiosamente, a segunda categoria mais comum variou bastante entre as edições. No caso de R-I, em ambas as edições a segunda categoria mais frequente de erro foi a *gráfica*. Percebe-se, nesse ramo, uma influência clara de *padrões gráficos mais modernos* do que o da época em que a obra foi escrita (final do séc. XVI), com especial menção à questão das vogais duplas tão comuns nas palavras estrangeiras na edição *princeps* que foram recorrentemente reescritas como vogal única com acréscimo de diacrítico: cf., p. ex., *Bramaa* (1614, f. 256vb8) × *Bramá* (1678, p. 348a)<sup>25</sup>. No caso de R-II, a segunda categoria

<sup>25</sup> Como essa alteração não foi sistemática, não pode ser considerada como uma norma, devendo ser interpretada propriamente como erro.

mais frequente são, na verdade, quatro categorias empatadas: *diacrítico* (mas relativo à representação de nasalidade, para a qual não era aplicada a norma seguida na edição: registrou-se *possão* [1829, v. 3, p. 98], em vez de *possaõ*), *gráfica* (relativa a consoante dobrada: registrou-se *tyrano* [1829, v. 2, p. 306], em vez de *tyranno*), *fônica* (registrou-se *seroos* [1829, v. 2, p. 327], em vez de *iseroos*<sup>26</sup>) e *morfológica* (referente a advérbio: registrou-se *větura* [1829, v. 3, p. 43], em vez de *věturas*). No caso de R-III, a segunda mais frequente foi de *separação vocabular*: os erros dizem respeito essencialmente a casos de translineação, em que o editor de 1952-53 não seguiu um padrão regular diante do fato, ora transcrevendo com forma única ora como forma separada: cf., p. ex., *por|que* (1614, f. 285ra36-37) = *porque* (1952-53, v. 2, p. 600) mas *por|que* (1614, f. 288rb39-40) = *por que* (1952-53, v. 2, p. 612). Como a ed. de 2010 tomou a de 1952-53 (através da reimpressão de 1983) como modelo, ela acabou repetindo a mesma inconstância diante do fato em boa parte dos casos. Por fim, no caso de R-IV, há diferença entre as edições desse ramo. Na ed. de 1984, a segunda categoria mais frequente é a de *pontuação*, provavelmente influenciada pela questão da pouca substância gráfica do sinal, mas, na ed. de 1998, a segunda mais frequente é a *lexical*, provavelmente pela peculiaridade de como foi confeccionada, adotando-se reconhecimento ótico, o que, como já se comentou, criou padrões peculiares de erro, que provavelmente não ocorreriam se tivesse sido um registro fundamentalmente mediado por pessoa, e não por máquina (para essa distinção, cf. Cambraia, 2005, p. 177-181).

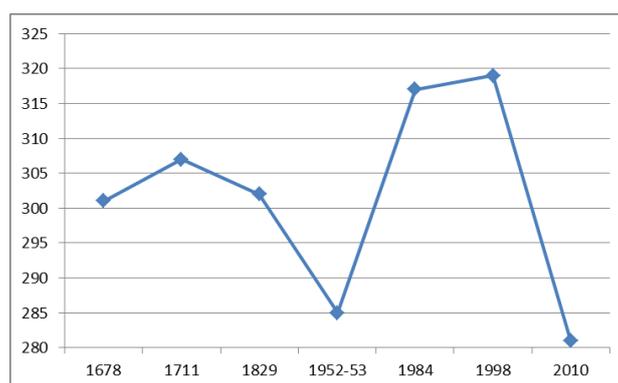
Com exceção da ed. de 1998, fica bastante patente como todas as demais edições apresentam baixa frequência de erros que repercutem mais fortemente no conteúdo da obra (morfológicos, lexicais e textuais). Como já mencionado, todas elas consistem em edições conservadoras, em que houve decisão deliberada de não intervir sistematicamente na forma genuína do texto (diferentemente de como acontece, p. ex., nas edições com modernização linguística). Em termos de preservação de formas genuínas (desconsiderando-se as intervenções por normas), fica bastante evidente como a ed. de 1829 é notável em termos de fidelidade ao modelo (com apenas 17 erros), sendo seguida pela de 2010 (com 63) e, por fim, pela de 1952-53 (com 100). A ed. de 2010 cumpriu efetivamente o objetivo de realizar uma edição com a correção de erros da ed. de 1952-53 (através da consulta à reimpressão de 1983). Não se pode deixar de lembrar, no entanto, que a presente avaliação toma como referência apenas a amostra analisada.

Chega-se, por fim, ao tema principal deste trabalho: as conjecturas nas edições da *Peregrinação*.

A hipótese de trabalho que se propôs a testar neste estudo é a de que o progresso da crítica textual do séc. XVII (época da edição *princeps*) para o séc. XXI (época presente) impactou nas edições de *Peregrinação* na forma de redução da prática de conjectura. Representando os dados de conjectura com números absolutos da tabela 2 em forma de gráfico, tem-se o seguinte na linha do tempo<sup>27</sup>:

<sup>26</sup> Este caso específico poderia ser também interpretado como omissão por conjectura, já que não há outra ocorrência da forma *iseroos* na edição *princeps*... Deve-se assinalar, no entanto, que não é totalmente segura a interpretação de que a forma inicial (*i-*) seja propriamente uma letra, pois poderia ser também marca de tipo.

<sup>27</sup> Neste gráfico, diferentemente das tabelas deste estudo, os dados são apresentados na linha do tempo simples, e não considerando cada ramo: assim, a ed. de 2010 foi situada depois da de 1998.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 1 – Conjecturas nas edições de *Peregrinação* na linha do tempo.

Os dados apurados *confirmam a hipótese de trabalho*, uma vez que o número de conjecturas na amostra analisada é maior na edição inicial, de 1678 (301 ocs.), do que na edição final, de 2010 (281 ocs.). Mas há dois aspectos que mostram certa relatividade nesse resultado. Primeiramente, a diferença entre o ponto inicial e o ponto final é bastante pequena: nos 1069 lugares críticos da amostra, a diferença é apenas de 20 conjecturas entre a ed. de 1678 e a de 2010 (diminuição de apenas 6,6%). Em segundo lugar, não houve uma tendência regular ao longo da linha do tempo: da ed. de 1952-53, com 285 ocs., saltou-se para 316 ocs. na ed. de 1984, ou seja, houve aumento de 31 ocs. (10,9%), o que foi seguido de leve aumento de 3 ocs. na ed. de 1998, resultando em 319 ocs.

Convém analisar mais qualitativamente os casos de conjectura para se compreender as mudanças constatadas.

Uma primeira análise pode ser feita com base nas já mencionadas quatro categorias aristotélicas:

Tabela 5 – Conjecturas nas edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por tipo.

	R-I		R-II		R-III		R-IV	
	1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998	
<b>Adição</b>	n	138	142	143	136	139	145	146
	%	45,8	46,3	47,4	47,7	49,5	45,9	45,8
<b>Omissão</b>	n	37	39	35	32	31	42	43
	%	12,3	12,7	11,6	11,2	11,0	13,3	13,5
<b>Substituição</b>	n	120	120	118	110	105	123	124
	%	39,9	39,1	39,1	38,6	37,4	38,9	38,9
<b>Alteração de ordem</b>	n	6	6	6	7	6	6	6
	%	2,0	2,0	2,0	2,5	2,1	1,9	1,9
<b>Total</b>	n	301	307	302	285	281	316	319
	%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

Uma particularidade que se constata nos dados da tabela 5 é o fato de predominarem as conjecturas de adição sobre as demais, diferenciando-se assim da situação verificada no caso dos padrões de erros, em que a substituição foi a categoria mais comum (cf. tabela 3). A substituição, no entanto, continua se destacando, já que é a segunda mais frequente no caso de conjecturas.

As diferenças entre as tabelas 3 (relativa a erros) e 5 (relativa a conjecturas) são bastante interessantes, porque mostram uma certa contradição. Os dados da tabela 3

atestam a taxa em que diferentes tipos de erros ocorrem no processo de transmissão, já que as edições analisadas são efetivamente novos capítulos desse processo no que se refere à *Peregrinação*. Tomando-se essa taxa como referência, era de se supor que as conjecturas deveriam apresentar taxas parecidas, já que, se a forma genuína de um dado texto sofre uma taxa específica de alterações, seria de esperar que as conjecturas, para restituírem a forma genuína, apresentassem taxa semelhante de intervenções. Mas não é o que acontece. Veja-se abaixo uma tabela comparativa entre as taxas médias de diferenças (no caso de adição e omissão, por se tratarem se processos reversos, foram invertidos em relação a erro e conjectura):

Tabela 6 – Taxas médias de diferenças nas edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos.

	<b>Erro</b>		<b>Conjectura</b>	<b>Diferença</b>
<b>Adição</b>	13,8%	<b>Omissão</b>	12,2%	-1,6 p.p.
<b>Omissão</b>	31,2%	<b>Adição</b>	46,9%	+15,7 p.p.
<b>Substituição</b>	51,5%	<b>Substituição</b>	38,8%	-12,7 p.p.
<b>Alteração de ordem</b>	3,6%	<b>Alteração de ordem</b>	2%	-1,6 p.p.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados da tabela 6 mostram que há grandes diferenças entre a taxa de erro por omissão e a conjectura por adição (sua correspondente reversa), que é de 15,7 p.p. em favor desta última, e entre a taxa de erro por substituição e conjectura por substituição, que é de 12,7 p.p. em desfavor desta última. Isso significa que os editores fazem mais adições do que, em tese, deveriam, mas fazem menos substituições do que, também em tese, deveriam. *Há, portanto, um descompasso entre os padrões em que os erros ocorrem e os em que as conjecturas são feitas...*

Para buscar compreender essa discrepância, convém analisar as conjecturas mais detalhadamente, considerando o nível linguístico afetado, tal como se vê pelos dados da tabela que se segue:

Tabela 7 – Conjecturas nas edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por nível linguístico.

		<b>R-I</b>		<b>R-II</b>		<b>R-III</b>		<b>R-IV</b>	
		<b>1678</b>	<b>1711</b>	<b>1829</b>	<b>1952-53</b>	<b>2010</b>	<b>1984</b>	<b>1998</b>	
<b>Separação vocabular</b>	n	130	133	137	133	134	137	138	
	%	43,2	43,3	45,4	46,7	47,7	43,4	43,3	
<b>Diacrítico</b>	n	2	1	1	1	1	2	2	
	%	0,7	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6	0,6	
<b>Pontuação</b>	n	16	15	15	15	15	15	16	
	%	5,3	4,9	5,0	5,3	5,3	4,7	5,0	
<b>Gráfica</b>	n	10	10	7	8	5	10	10	
	%	3,3	3,3	2,3	2,8	1,8	3,2	3,1	
<b>Fônica</b>	n	121	122	120	112	111	127	127	
	%	40,2	39,7	39,7	39,3	39,5	40,2	39,8	
<b>Morfológica</b>	n	9	12	9	8	8	13	13	
	%	3,0	3,9	3,0	2,8	2,8	4,1	4,1	
<b>Sintática</b>	n	0	0	0	1	0	0	0	
	%	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	
<b>Lexical</b>	n	12	13	12	6	6	11	12	
	%	4,0	4,2	4,0	2,1	2,1	3,5	3,8	
<b>Textual</b>	n	1	1	1	1	1	1	1	
	%	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	
<b>Total</b>	n	301	307	302	285	281	316	319	
	%	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaborada pelo autor.

FLP 25(1)

Os dados da tabela 7 evidenciam que as duas conjecturas mais comuns foram, em primeiro lugar, as de *separação vocabular* e, em segundo lugar, as *fônicas*.

No caso da *separação vocabular*, as conjecturas buscaram corrigir as ocorrências de *hipossegmentação* (ausência de espaço em branco entre duas ou mais palavras de classes que são sistematicamente escritas separadas) e *hipersegmentação* (presença de espaço em branco no interior de uma palavra que é sistematicamente escrita de forma una) na edição *princeps*. Por vezes, houve casos em que o espaço em branco aparece deslocado (cf., p. ex., *r eynode* [1614, f. 242vb8], em vez de *reyno de*), a que se pode chamar aqui de *transsegmentação*. Um aspecto interessante em relação a separação vocabular é que a maioria absoluta de conjecturas foi igualmente realizada em todas as edições analisadas: 128 (111 referentes a *hipossegmentação*; 12, a *hipersegmentação*; e 5, a *transsegmentação*).

No caso das *fônicas*, as conjecturas buscaram corrigir sobretudo as inversões de tipo, mas não apenas. Também nessa categoria se constataram casos de conjectura igualmente realizada em todas as edições analisadas: 102 (39 referentes a tipo invertido e os demais por razões diversas).

As duas menos comuns foram, nessa ordem, as *sintáticas* e as *textuais*.

Houve apenas um caso constatado de conjectura *sintática*: para a sequência *pouca ha* (1614, f. 106va10), o autor da ed. de 1952-53 adotou *ba pouco* (V. 1, p. 518), enquanto os demais editores se satisfizeram apenas com a mudança do morfema flexional (cf. *pouca ha*), decisão esta acertada, já que há outra ocorrência de *pouco ha* com valor temporal na edição *princeps* (1614, f. 259ra27).

Também apenas um foi o caso de conjectura *textual*, igualmente realizada em todas as edições: trata-se da omissão de repetição do trecho *no modo das suas repostas no modo das suas repostas* (1614, f. 149ra33-35).

As cinco categorias intermediárias apresentaram padrões variáveis.

As conjecturas referentes a *diacríticos* (que não têm impacto fônico ou lexical) foram raras. Uma diz respeito à supressão de til repetido (cf. *acharão*, 1614, f. 9rb37), realizada em todas as edições, mas com variação de qual foi o suprimido (o primeiro sinal nas eds. de 1678, 1711, 1984 e 1998; o segundo nas de 1829 e 1952-53; e regularizado como primeiro por norma na ed. de 2010). Outra se refere ao elemento *até* (1614, f. 156ra6), que consiste, por força do contexto, em sequência da preposição *a* e do pronome oblíquo de 2ª pessoa *te*: por se tratar de pronome, os autores das eds. de 1678 (p. 195a), 1984 (p. 353) e, por consequência, 1998 não apenas adicionaram o espaço branco como também suprimiram o diacrítico, que nunca ocorre sobre esse pronome na edição *princeps*. O editor de 1711 manteve a supressão feita na de 1678, mas, talvez por erro de composição, reuniu o que o anterior tinha separado (cf. *ate*, p. 189a); o de 1829 fez a separação, mas suprimiu em função da norma que seguia para diacríticos (cf. *a te*, v. 2, p. 191); o de 1952-53 simplesmente manteve a forma errada (cf. *até*, v. 2, p. 12); e o de 2010 fez a separação, mas manteve o diacrítico (cf. *a té*, p. 430), apesar de, como já dito, não haver nenhuma ocorrência desse pronome com diacrítico na *princeps*.

As conjecturas que dizem respeito a *pontuação* foram relativamente numerosas. Por um lado, o sistema de pontuação presente na edição *princeps* é bastante variável, o que poderia fazer pensar que todas as diferenças seriam erros. Entretanto, é possível perceber três situações em que haveria ação deliberada de tentar ajustar a padrões específicos. A primeira está relacionada a enumerações, que na obra tem seus elementos separados por vírgulas de forma bastante sistemática: há duas ocorrências desse tipo (cf.

... *cochomilba, roçamalba açafirão, cacho...*, 1614, f. 210ra14-15, e ...*myntas vacas veados, e porcos...*, 1614, f. 297rb22) e todas as edições acrescentaram vírgula (após *roçamalba* e *vacas*). A segunda situação se refere a limite de período: (a) ocorre eventualmente vírgula no final de período de capítulo (1614, ff. 27va35, 37va38 e 98va40)<sup>28</sup> ou no final de período antes de maiúscula (ff. 106va19, 123va18, 124rb15, 198vb15, 264va22, 271rb18, 282rb26 e 285ra15), caso em que a conjectura foi substituir o sinal por ponto; e (b) ocorre ponto no meio de período (ff. 71va40 e 271rb38), caso em que a conjectura foi suprimir o sinal. A terceira é a presença de ponto no interior de algarismo romano (1614, XXIII, f. 24vb22), suprimido em todas as edições. No total, em 15 casos houve conjectura no mesmo ponto em todas as edições analisadas. A única diferença em termos de fazer ou não a conjectura se refere ao trecho ...*matar com hũa espada que lhe viera do Ceo, Passada assi esta noite...* (1614, f. 198vb15), em que se tem claramente limite de período seguida de maiúscula após *Ceo*, mas as eds. 1829, 1952-53, 2010 e 1984 não substituíram a vírgula por ponto, como se constata nas eds. 1678 e 1998<sup>29</sup>.

As conjecturas gráficas, apesar de poucas, apresentaram grande variação entre as edições. Essas conjecturas se distribuem em quatro categorias. Primeiramente, as referentes a vogais dobradas (cf. 1614, *quue*, f. 146va22; *trees*, f. 154rb32; *lbees*, f. 164va11; *taambem*, f. 259va30; e *disseessem*, f. 288va3), que foram reduzidas a uma única em certas edições. Em 4 edições (1678, 1711, 1984 e 1998), a redução foi categórica, mas, em três, houve algumas manutenções: 1829, *trees* (v. 2, p. 185) e *lbees* (v. 2, p. 222); 1952-53, *trees* (v. 1, p. 740); e 2010, *trees* (p. 426), *taambem* (p. 689) e *disseessem* (p. 759). Em segundo lugar, as referentes a cedilha (cf. 1614, *cumbayas*, f. 51vb12; *acucar*, f. 220vb38; e *criãcas*, f. 235rb2): apenas no segundo item houve conjectura igual em todas as edições, pois, nos outros dois, houve variação de procedimento quando não se fez a substituição de *c* por *ç*: 1678, *crianças* (p. 293a); 1711, *çumbayas* (p. 62b30); 1952-53, *sumbayas* (v. 1, p. 258); e 2010, *cumbayas* (p. 164). Terceiramente, há a questão do apóstrofo: na ed. *princeps* ocorre *D'abul* (1614, f. 8rb35), que é modificado para *Dabul*, em todas, exceto na de 1952-53 (v. 1, p. 48), modificação que se justifica por não se tratar de preposição no início do topônimo. Por fim, há uma questão interessante, que é a de substituição de *n* por *m*: a forma *Xeminde Çatão* (1614, f. 245ra29) é claramente um caso de hipossegmentação, já que o *de* é preposição, como se vê nas outras 13 ocorrências do mesmo antropônimo (p. ex., *Xemim de Çatão*, 1614, f. 245ra39, que é na mesma coluna em que ocorre a forma hipossegmentada). A par das edições que simplesmente mantiveram a forma hipossegmentada (1952-53, v. 2, p. 418; e 2010, p. 652), houve as edições que aplicaram a conjectura de separação apenas (1829, v. 3, p. 132; 1984, p. 548; e 1998) e as que aplicaram, além da separação, a substituição da nasal (1678, p. 305b; e 1711, p. 297b). Esta última vertente, que é a das mais antigas, foi mais coerente, já que não há nenhum caso de *-in* em posição de final de palavra na *princeps*: aquelas edições que somente aplicaram a separação, acabaram criando um padrão inexistente na própria *princeps*.

As conjecturas morfológicas apresentam proporções um pouco menores do que as gráficas, havendo também certa variação entre as edições: apenas 5 das constatadas foram unânimes entre elas. Uma particularidade da maioria das conjecturas morfológicas é o fato de que são legitimadas por fatores sintáticos, como o de concordância: cf. ... *sobre*

<sup>28</sup> A presença de vírgula em final de capítulo poderia ser, na verdade, até mesmo forma genuína, se se considerar, como interpretou Monteiro (1952, v. 1, p. 8), que a *Peregrinação* inteira seria originalmente “um infundável parágrafo” e que os títulos foram incluídos apenas após o término completo da obra (Cabraia; Cunha, 2023).

<sup>29</sup> No caso da ed. de 1711, a omissão do ponto foi interpretada aqui como erro, e não como conjectura.

*este tão importante empresa...* (1614, f. 238vb26), em que se modificou unanimemente nas edições analisadas *este* para *esta* em função da concordância de gênero com *empresa*. Em certos casos, mesmo havendo exigência sintática, certos editores não realizaram a conjectura: cf. ... *assentados nestes parecer...* (1614, f. 238va33), em que as eds. de 1678, 1711, 1952-53 e 2010 não retificaram *nestes* para *neste*, o que parece ter sido um lapso. Embora haja casos em que todas as edições realizaram conjectura, nem sempre ela foi na mesma direção: cf. ... *pela aspereza assi da serranias como do tempo...* (1614, f. 272vb9), em que as eds. de 1678 e 1711 modificaram *da* por *de*, mas as eds. de 1829, 1952-53, 2010, 1984 e 1998 optaram por *das*, o que é mais adequado, já que há outros casos de omissão por influência do som sibilante da palavra seguinte: cf. ... *todas a cento...* (1614, f. 272vb9), em que a eds. de 1678 e 1952-53 não realizaram nenhuma modificação em relação ao *a*, mas as cinco demais alteraram adequadamente para *as*. Há casos de maior hesitação, porque parecem estar relacionados a variação linguística: cf. ... *esperay ate que vos digo o que esta gente quer determinar de vós...* (1614, f. 91rb28), em que as eds. de 1678, 1711, 1952-53, 1984 e 1998 modificaram o indicativo *digo* para o subjuntivo *diga*, mas as eds. de 1829 e 2010 mantiveram a forma original – como há outras ocorrências de *ate que* com indicativo para exprimir circunstância futura (cf. ... *se ensina a todos os moços ociosos a que se não sabe pay [...] ate que por suas mãos podẽ ganbar suas vidas...* [1614, f. 132va26]), parece adequado considerar que a forma de indicativo seria efetivamente a genuína.

Por fim, há as conjecturas *lexicais*, que apresentam proporções semelhantes às morfológicas. Também em apenas 5 casos as conjecturas foram unânimes entre as edições. A maior parte das conjecturas lexicais diz respeito a casos de repetição de item lexical, que foi eliminada: cf. ... *os mais dos que que governamos...* (1614, f. 302va21), em que o segundo *que* foi eliminado em todas as edições. Um caso interessante é o de ... *cõ razões tão tão claras...* (1614, f. 283va30-31), em que apenas ed. de 2010 optou por manter a repetição (mas não nos outros casos de repetição com outras formas), mesmo se tratando de um caso em que a repetição ocorreu no contexto de translineação, que é um dos que mais favorecem esse tipo de erro. De todas as conjecturas lexicais, há apenas três que são mais substanciais: ... *daua com a cabaça encima nas ameyas da torre...* (1614, f. 130va33), ... *o sangue as afagou a todas...* (1614, f. 187rb5-6) e ... *hũ muro de cantaria muyto a Lũa...* (1614, f. 196rb40). No primeiro caso, houve grande oscilação, com as eds. de 1678, 1952-53 e 2010 mantendo *cabaça*, mas as demais (1711, 1829, 1984 e 1998) modificando para *cabeça*; no segundo também, com as de 1952-53 e 2010 mantendo *afagou*, mas as demais (1678, 1711, 1829, 1984 e 1998) alterando para *afogou/affogou*; e, por fim, no terceiro, as eds. de 1952-53 e 2010 mantiveram *a Lũa*, mas as demais (1678, 1711, 1829, 1984 e 1998) modificaram para *alua/alva*. No primeiro caso, parece adequada a conjectura, porque não há nenhuma outra ocorrência de *cabaça* no texto e as letras *a* (em sua forma clássica com gancho superior) e *e* apresentam semelhança formal (o *a* em sua forma clássica corresponde basicamente ao *e* invertido), o que terá motivado o lapso de composição. No segundo caso, está claro que, por se tratar de uma cena de violência, a forma *afagou* não se justifica, sendo adequada a conjectura para *afogou*, sobretudo por se tratar de cena em que as personagens estavam envoltas em líquido (o sangue). Por fim, a terceira é mais complexa, porque não há nenhuma ocorrência do substantivo *cantaria* associado ao adjetivo *alva* no texto, mas a expressão *cantaria muyto a Lũa* destoa dos padrões do texto, já que a interpretação de *a Lũa* como “a modo da lua” ou “como a lua”, ou seja, “branca” enfrenta dificuldade por não ocorrer em alguma outra passagem. Há, aliás, outra confusão entre *alua* e *a Lũa*: na passagem ... *sendo ja passado meyo quarto da lũa...* (1614, f. 171rb1), curiosamente todas as sete edições analisadas mantiveram como tal, mas há outras edições, como a de Neves Águas (Pinto, 1995, v. 2, p. 58), que

FLP 25(1)

propuseram a conjectura de *quarto d'alva* para o caso em questão, pois tal expressão é bastante comum na obra (1614, ff. 33va31, 34rb8-9, 68va18 e 147va21)<sup>30</sup>. Esse dado sugere que realmente a expressão *cantaria muyto a Lũa* deveria ser corrigida para *cantaria muyto alua*, tal como fizeram as eds. de 1678, 1711, 1829, 1984 e 1998.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem quantitativa de análise de edições, aqui chamada de *editometria*, tomando como objeto de estudo oito edições (1614, 1678, 1711, 1829, 1952-53, 2010, 1984 e 1998) da obra quinhentista *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, e enfocando especificamente as conjecturas realizadas pelos editores. Testou-se a hipótese de que o progresso da crítica textual do séc. XVII (época da edição *princeps*) para o séc. XXI (época presente) terá impactado nas edições de *Peregrinação* na forma de redução da prática de conjectura: essa hipótese foi confirmada, uma vez que *o número de conjecturas na amostra analisada é maior na edição inicial, de 1678, do que na edição final, de 2010*.

Considera-se aqui, no entanto, que a redução de conjecturas, embora evidencie uma maior abertura para reconhecer a variação linguística como componente da forma genuína dos textos, gera certa discrepância em relação ao processo de reconstituição da forma genuína do texto: verificou-se, p. ex., que, apesar de a taxa média de erro por substituição constituir 51,5% dos erros, a taxa média de substituição por conjectura representa apenas 38,8% dessas intervenções, ou seja, haveria um déficit de substituições por conjectura, uma vez que os editores fazem correção por substituição em taxa menor do que a em que os erros desse tipo acontecem. *Há, portanto, um descompasso entre os padrões em que os erros ocorrem e os em que as conjecturas são feitas*.

Os dados deste estudo, embora se restrinjam a uma amostra, evidenciam que a conjectura é realmente uma atividade complexa no processo de edição: a existência de variação entre as edições tanto em termos de aplicação ou não de conjectura, quanto em termos da forma conjectural proposta, mostra que é necessário informar explicitamente para o consulente cada caso de conjectura realizado, para que este possa utilizar a edição com segurança. Isso significa que a adoção pura e simples de expressões como “correção de erros óbvios”, que é prática corrente, é insuficiente para externalizar para o consulente quais foram as intervenções realizadas pelo editor. Se os erros fossem realmente tão óbvios, todos os editores teriam realizado a mesma conjectura, mas viu-se aqui que isso não ocorreu (apesar de ter havido efetivamente muitos casos em que todos os editores fizeram a mesma conjectura). Se, por um lado, a conjectura não é apenas uma prerrogativa do editor, mas mesmo sua obrigação, caso se tenha proposto a reconstituir a forma genuína do texto editado, já, por outro lado, essa intervenção, sobretudo em edições monotestemunhais, é fortemente dependente do juízo do editor. A solução mais apropriada para esse dilema parece ser, não a abdicação total de realização de conjectura, mas sim a explicitação de toda a qualquer conjectura feita, e não apenas de referência geral a elas nas normas.

---

<sup>30</sup> Este dado não entrou no corpus da amostra analisada, porque a ed. de 1998 apresentou a mesma forma da ed. de 1614.

**REFERÊNCIAS**

- Avalle D'AS. Principi di critica testuale. Rist. 2.<sup>a</sup> ed. rived. e corr. Roma/Padova: Antenore; 2002.
- Blecua A. Manual de crítica textual. Madrid: Castalia; 1990.
- Cambraia CN. Contributo para uma gramática do português clássico: a linguagem da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. In: Congresso Nacional da ABRALIN, 2. Florianópolis, 25-27 fevereiro 1999. Anais [...]. Florianópolis: Abralín; 2000. p. 1355-1362.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Cambraia CN. Encruzilhadas do editor: diferenças na tomada de decisão na edição crítica e na edição interpretativa. Calíope. 2019;36:4-23. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.28853>.
- Cambraia CN. Edição paleográfica sinóptica da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive: uma fonte para os estudos românicos. In: Fachin PRM, Monte VM, organizadores. Pesquisas em andamento: caminhos pela filologia e pela história e historiografia do português. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 2020. p. 7-23. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786587621104>.
- Cambraia CN, Cunha ELTP. Atribuição de autoria em discussão: o caso dos títulos dos capítulos da Peregrinação. Confluência. 2023;64:65-130. [citado 03 fev. 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1311>.
- Cambraia CN, Laranjeira MB. Tipologia dos erros na tradição latina do Livro de Isaac. Calígrama. 2010; 15:7-48. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.15.2.7-48>.
- Dias JJA. Muitas e muito estranhas cousas que viu e ouviu...: o primeiro século de edições da Peregrinação. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar; 2016.
- Duarte LF. Breviário de termos da crítica textual. In: Duarte LF. Os palácios da memória: ensaios de crítica textual. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2019. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1616-2>.
- Faria FL. As muitas edições da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto. Lisboa: Academia Portuguesa da História; 1992.
- Garcia JM. Apresentação. In: Pinto FM. Peregrinação de Fernam Mendez Pinto. Edição fac-similada. Maia: Castoliva; 1995. p. 7-18.
- Pinto FM. Peregrinação de Fernam Mendez Pinto [...]. Lisboa: Pedro Crasbeeck; 1614. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <http://data.onb.ac.at/rep/104A70DB>.
- Pinto FM. Peregrinação de Fernam Mendez Pinto [...]. Lisboa: Antonio Craesbeeck; 1678.
- Pinto FM. Peregrinação de Fernão Mendez Pinto [...]. Lisboa: Joseph Lopes Ferreyra; 1711. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5SjpfkMtM5sC>.
- Pinto FM. Peregrinação de Fernão Mendez Pinto. Nova edição conforme á primeira de 1614. Lisboa: Typographia Rollandiana; 1829. 4 v. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cxBFAQAAMAAJ>.
- Pinto FM. Peregrinação = Peregrinação. Versão integral em português moderno por Adolfo Casais Monteiro. Lisboa, Rio de Janeiro: Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro; Casa do Estudante do Brasil; 1952-1953. 2 v. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <http://purl.pt/26736>.

Pinto FM. Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e Itinerário de António Tenreiro, Tratado das Cousas da China, Conquista do Reino de Pegu. Introd. de Aníbal Pinto de Castro. Porto: Lello & Irmão; 1984.

Pinto FM. Peregrinação. Edição cotejada com a 1.<sup>a</sup> edição de 1614. Lectura actualizada, introdução e anotações de Neves Águas. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Europa-América; 1995. 2 v.

Pinto FM. Peregrinação. In: Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses. Coordenação científica de Ivo Castro, Teresa Amado, Cristina Almeida Ribeiro e Paula Mourão. Lisboa: Biblioteca Nacional; 1998.

Pinto FM. Peregrinação. In: Alves JS, diretor. Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes. Lisboa: Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda; 2010. Vol. II: Restored portuguese text (restored and revised by Elisa Lopes da Costa).

Roelli P, Macé C. Parvum lexicon stemmatologicum: a brief lexicon of stemmatology. Helsinki: Helsinki University; 2015. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.5167/uzh-121539>.

Xavier MF, Mateus MHM, organizadoras. Dicionário de termos linguísticos. V. 1. Lisboa: Cosmos; [1990].